



Relator apresenta hoje proposta para dividir royalties



Renan Calheiros (E), Henrique Eduardo Alves, Paulo Teixeira, Vital do Rêgo, Luiz Alberto, Francisco Dornelles e Lindbergh Farias: comissão mista tenta convencer a União a abrir mão de parcela maior de recursos

Objetivo de Vital do Rêgo é cumprir cronograma para votar projeto amanhã no Senado

Senadores e deputados buscam solução para impasse entre União, estados produtores e estados não produtores sobre a divisão dos recursos da exploração do petróleo e evitar análise de veto presidencial na semana que vem. **3**

Professor assassinado por enfrentar drogas em escola deve dar nome a lei

Debatedores reunidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos apoiaram a aprovação da "Lei Carlos Mota" para

tornar hediondo o crime contra professor no exercício da função. Mota foi assassinado em 2008, no Distrito Federal. **5**



Antonio Vale (E), senador Paulo Paim, Marta Rabelo e Rita de Cássia Pereira, viúva de Carlos Mota



Wilson Filho (E) e Wilson Santiago na sessão com viúva do homenageado, Clemilde, e filha, Ana Flávia

Para lembrar o Dia do Professor, Senado homenageia docente que criou 275 escolas

Para lembrar o Dia do Professor, comemorado no sábado, dia 15, o Senado prestou homenagem ontem ao professor paraibano Afonso Pereira,

responsável pela criação de 275 escolas (básicas, superiores e profissionalizantes), em seis estados, sem usar dinheiro público. Ele morreu em 2008. **5**

especial Cidadania

Obras públicas não concluídas desafiam governos

nem os ministérios nem o TCU conseguem informar com precisão quantas são as obras públicas inacabadas no país e qual o orçamento desses empreendimentos que desperdiçam dinheiro da população sem dar a ela nenhum retorno. **8**

Ministro do Esporte deve ser ouvido por senadores **4**

CPI vê São Paulo como polo do tráfico de pessoas **7**

Comissão analisa mais direitos para o consumidor **6**

Homenagem aos 200 anos da Biblioteca Nacional **2**



Darc Antônio da Luz Costa, general Aderico Mattioli, Fernando Collor, Gunther Rudzit e Cláudio Moreira (D) na CRE

Defesa envolve mais que questões militares

Em debate, especialistas consideram baixos os investimentos em defesa no país. **7**



Saguão da biblioteca, no Rio de Janeiro: acervo com 9 milhões de itens, entre livros, mapas, fotos e outros documentos

Senado comemora hoje 200 anos da Biblioteca Nacional

Criada três anos após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a instituição é considerada pela Unesco uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo

O SENADO COMEMORA hoje, em sessão a partir das 14h, os 200 anos da Biblioteca Nacional. De acordo com o presidente do Senado, José Sarney, que propôs a homenagem, a instituição tem um papel destacado na história e na cultura do país.

Criada após a vinda da família real portuguesa para o Brasil – que se deu em 1808 –, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Presta serviços ao meio acadêmico e ao público em geral,

colocando à disposição, inclusive em meio digital, grande parte do acervo.

A Lei do Depósito Legal (Lei 10.994/04), que dispõe sobre a remessa de obras à instituição, tem como principal objetivo assegurar o registro e a guarda da produção intelectual brasileira, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura.

Atualmente, o acervo está calculado em 9 milhões de itens, como livros, estampas, mapas, folhetos raros, manuscritos, fotografias e partituras musicais. Entre os documentos de maior valor histórico, há um raro exemplar da primeira edição

de “Os Lusíadas”, de Luís de Camões, de 1572.

A instituição se originou da Livraria Real de Portugal, em parte consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa, em 1755. O que sobrou do acervo foi adquirido pelo Império brasileiro, após a Independência.

Desde 1990, a Biblioteca Nacional, que tem sede na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, é uma fundação – constituída também pela Biblioteca Euclides da Cunha, do Rio, e pelo Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília.

Com pregão, Senado paga 17% menos por gasolina

O Senado pagará pela gasolina, pelo álcool e pelo biodiesel que abastecem sua frota de veículos preços 17% mais baixos que os do mercado.

Essa redução de gastos será possível graças à realização de um pregão eletrônico, que foi vencido pela distribuidora de combustíveis Ipiranga. Para escolher o fornecedor, tomou-se como critério o maior desconto sobre a tabela de preços da Agência Nacional do Petróleo.

Outros pregões deram ao Senado descontos em papéis, cartões e suprimentos para impressoras, entre outros itens.

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação feita a

distância, pela internet. Torna o processo mais ágil, aumenta

o universo de empresas concorrentes e diminui os custos.

Descontos obtidos por pregão eletrônico

► Digitalização de obras raras	50,68%
► Aquisição de ambulâncias	20,74%
► Locação de impressora/copiadora	29,68%
► Insumos gráficos	38,44%
► Insumos gráficos para a SEEP	28,28%
► Suprimentos para impressoras	69,62%
► Aquisição e instalação de nobreaks	43,99%
► Insumos gráficos de acabamento	33,08%
► Conectividade Senado e internet	20,28%
► Estações de trabalho	45,51%
► Papéis e cartões para impressão gráfica	34,62%
► Expansão do sistema VIP	24,35%
► Combustíveis automotivos	17,02%
► Manutenção dos servidores Sun	59,67%

Prodasen celebra seus 39 anos de criação

A Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) comemora hoje 39 anos de existência. Durante a cerimônia, no pátio interno do órgão, será lançada a programação do Ano Comemorativo do 40º Aniversário do Prodasen, que contará com mesas-redondas, exposições, entrevistas, eventos esportivos e confraternização dos servidores.

Também será apresentado o Portal do Gestor, uma página na internet que oferecerá aos gestores do Senado as informações e os serviços necessários para uma atuação mais eficiente e objetiva. Segundo a diretora do Prodasen, Cláudia Lopes Nogueira, a ideia é aperfeiçoar cada vez mais o processo de divulgação dos trabalhos parlamentares.

Rádio Senado ganha prêmio de jornalismo

Os jornalistas e produtores da Rádio Senado Celso Cavalcanti, George Cardim, Larissa Bortoni, Maurício de Santi, Pedro Henrique Costa e Lima e Rodrigo Resende receberam dia 24 de outubro, em São Paulo, a Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo, pela reportagem “O povo cigano no Brasil”. Em 12 programas de meia hora, a equipe conta a história dos cerca de 1 milhão de ciganos que vivem no país. A equipe de jornalismo percorreu seis estados brasileiros, conversando com comunidades ciganas. O projeto já havia sido um dos vencedores do Prêmio Roquette-Pinto 2011, promovido pela Associação das Rádios Públicas do Brasil, com patrocínio da Petrobras e apoio do Ministério da Cultura.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Biblioteca Nacional

14h Serão comemorados os 200 anos da Biblioteca Nacional. Na sessão deliberativa, projeto que trata da divisão dos royalties.

Presidência Comissão de juristas

12h José Sarney participa da instalação da comissão de juristas que vai elaborar anteprojeto de Código Penal e, às 14h, da comemoração pelos 200 anos da Biblioteca Nacional. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMA/CRE Debate sobre o G-20

8h30 A comissão de Meio Ambiente e de Relações Exteriores debatem, com convidados, a posição do governo brasileiro no G-20. Serão discutidos os aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar.

CMO Seminário em Vitória

9h A Comissão Mista de Orçamento faz seminário regional em Vitória (ES), para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012-2015. Na Câmara, audiência sobre obras e serviços com indícios de irregularidades.

CDH Comissão da Verdade

9h O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, entre outros convidados, debate a criação da Comissão Nacional da Verdade em audiência pública.

CAS Doentes críticos

9h A Comissão de Assuntos Sociais debate os problemas dos pacientes críticos no Brasil, com representante do Ministério da Saúde.

Infância Construção da saúde mental

9h30 O Senado promove, de hoje até quinta-feira, a 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com o tema “A grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”, no Auditório Petrônio Portella.

CAE Beneficiários do Fies

10h A Comissão de Assuntos Econômicos discute projeto sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fies pelos estados e municípios.

CE Desempenho da educação superior

11h Na pauta, projeto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que estabelece regras mais rígidas para instituições e cursos de educação superior com desempenho insatisfatório.

Código Penal Instalação de comissão

12h Instalação da comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto de reforma do Código Penal, no gabinete da Presidência.

CI/CAE Debate com ministro e governadores

14h Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos discutem os royalties da mineração com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, os governadores do Pará, Simão Jatene, e de Minas Gerais, Antonio Anastasia.

CDR Guerra fiscal e desenvolvimento

14h A guerra fiscal e o desenvolvimento regional são tema de ciclo de debates da Comissão de Desenvolvimento Regional. Entre os convidados, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, e o presidente do Confaz, Nelson Barbosa.

CPI do Ecad Votação de requerimentos

14h30 Reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, que investiga irregularidades na distribuição dos recursos do direito autoral. Em seguida, votação de requerimentos.

Mercosul Equivalência educacional entre países

14h30 Os parlamentares da Representação Brasileira no Parlasul debatem equivalência educacional entre países do bloco.

CMO Votação do relatório de receitas

14h30 A Comissão Mista de Orçamento poderá votar o relatório de receitas para o Orçamento de 2012. Também na pauta, créditos para ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relator do projeto de partilha dos recursos do petróleo reafirma que pretende cumprir cronograma para que votação no Senado aconteça amanhã

Vital apresenta hoje seu parecer sobre *royalties*

SERÁ PROTOCOLADO HOJE o parecer de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para o Projeto de Lei do Senado (PLS 448/11), que serve de referência para as negociações sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo. Ao anunciar ontem sua decisão com a palavra "impreterivelmente", o senador deixou claro que cumprirá o cronograma estabelecido por um acordo de lideranças do Congresso Nacional para que a questão dos *royalties* seja examinada pelo Senado amanhã e pela Câmara dos Deputados nesta quinta-feira.

– O parecer vai levar em conta as sugestões do governo, dos estados não produtores de petróleo e, na medida possível, dos estados produtores – informou Vital do Rêgo durante reunião da comissão mista que examina o impasse sobre a partilha dos recursos do petróleo entre os estados e municípios.

Se o assunto for resolvido por senadores e deputados dentro dos prazos previstos, o Congresso Nacional não terá de se pronunciar no dia 26 sobre o veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda Ibsen Pinheiro, que redistribuiu os recursos dos *royalties* de acordo com as regras dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A comissão especial formada pelo Congresso Nacional para discutir a divisão dos *royalties*



Vital do Rêgo (C) reuniu-se ontem com senadores e deputados da comissão especial formada no Congresso Nacional para discutir a distribuição dos recursos da exploração do petróleo

reuniu-se ontem na Câmara dos Deputados para avaliar duas propostas – uma do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e outra do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), que poderão ser incorporadas ao PLS 448/11. A reunião foi coordenada por Vital do Rêgo.

Estimativas

Conforme já adiantou o relator, os representantes dos estados não produtores de óleo e gás natural trabalham com a seguinte previsão de receita para 2012: R\$ 28 bilhões de *royalties* e participações

especiais. A União ficaria com cerca de R\$ 8,5 bilhões, os estados produtores com R\$ 12 bilhões e os demais outros estados, ou o fundo de participação dos estados, com outros R\$ 8 bilhões. Segundo Vital do Rêgo, essa divisão seria viável e evitaria perdas imediatas aos estados produtores.

Além do relator Vital do Rêgo, a comissão que se reuniu ontem na Câmara dos Deputados é formada pelos senadores Wellington Dias (PT-PI) e Francisco Dornelles e pelos deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Henrique Eduardo Alves

(PMDB-RN) e Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).

Na reunião de ontem, Vital do Rêgo recebeu mais uma proposta dos representantes de estados não produtores: apenas rever as alíquotas pagas aos municípios produtores. Ele conversou com Dornelles e Lindbergh Farias (PT-RJ), representantes dos estados produtores de petróleo.

União resiste

Os parlamentares tentarão convencer o governo a abrir mão de uma cota maior de participação especial. A proposta

do Congresso é reduzir para 40% a parcela paga à União. Atualmente, a Lei 9.478/97 garante 50% para a União, 40% para os estados e 10% para os municípios. O governo já teria aceitado redução para 46%, mas Vital do Rêgo observou que a equipe econômica ainda não aceitou a proposta de ceder mais alguns pontos percentuais.

Segundo Vital do Rêgo, a proposta de reduzir a cota da União de 50% para 40% não prejudica direitos adquiridos e nem altera contratos já firmados entre empresas e estados produtores de óleo e gás.

Cristovam aponta "corrupção contra gerações futuras"



Senador defende o investimento dos recursos em educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a defender que parte significativa dos recursos obtidos com a exploração do petróleo seja investida em educação.

– Estão querendo roubar as gerações futuras, e isso é corrupção. Talvez não seja em benefício de um, dois, três, quatro ou cinco políticos, mas em benefício da geração atual contra as gerações futuras – disse o senador.

Cristovam citou o projeto (PLS 594/11), apresentado por ele e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação (Funpei). Pelo texto, o fundo seria usado em áreas transformadoras, como educação básica e ciência e tecnologia.

– Vamos, aqui, debater o que fazer, seriamente, com os *royalties* do petróleo a serviço do Brasil inteiro no futuro – disse o parlamentar.

Segundo Cristovam, na discussão de um projeto alternativo, estados produtores e não produtores se opõem, mas ambos os grupos têm como objetivo gastar o dinheiro de maneira rápida. Para ele, as consequências são malélicas para o país.

– É essa unidade que vai trazer um prejuízo para o país. E, dificilmente, teremos uma terceira chance daqui a mais 200 anos, muito dificilmente.

Cristovam Buarque fez, ainda, um apelo aos que participam de movimentos contra a corrupção para que não deixem de lutar contra a "corrupção invisível" que ameaça o futuro. Apesar de comemorar as manifestações do último dia 12, o senador alertou para o perigo de uma revolução sem líderes e sem propostas claras.

Dornelles defende nova proposta de distribuição



O parlamentar apoia a ideia de fim da participação especial

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem a nova proposta (PLS 625/11) para a redistribuição dos *royalties*, pela qual estados e municípios não produtores teriam sua participação elevada de R\$ 800 milhões para R\$ 10 bilhões por ano, sem retirar o direito dos estados produtores. Pela proposta, desaparece a participação especial, que é paga aos estados e municípios produtores no regime de concessão, transformando-se em lucro da União no regime de partilha.

– Proponho que o montante hoje pago ao estado produtor, a título de participação especial no regime de concessão e que será lucro excedente no regime de partilha, não fique com a União, mas seja destinado a todos os estados e municípios – disse o senador.

Dornelles afirma que a proposta aumentaria a receita dos estados não produtores por meio da elevação de 10% para 20% do percentual dos *royalties* dos novos campos de petróleo. A redivisão destinaria R\$ 12,6 bilhões a produtores e R\$ 11,6 bilhões a não produtores, enquanto a receita da União seria reduzida em R\$ 1,4 bilhão – valor que o parlamentar classificou como "ínfimo" para o governo federal.

Em resposta ao "clamor" dos estados não produtores para que sua receita seja aumentada imediatamente, Dornelles propôs atualização da tabela de cobrança da participação especial das empresas:

– Dos 300 campos onde o petróleo é explorado no Brasil, somente 17 estão pagando participação especial – disse, lamentando que a exploração do petróleo no Brasil renda à União uma das receitas mais baixas do mundo.

Lindbergh: discussão sobre partilha está contaminada



Lindbergh apontou critérios considerados inconstitucionais

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou ontem a atual proposta de solução para a questão dos *royalties*. Para ele, o projeto está contaminado, uma vez que são aplicados na distribuição dos recursos os critérios atuais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), já considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador alertou que os estados produtores, como o Rio de Janeiro, deverão acionar a Justiça, caso saiam derrotados na votação de uma proposta definitiva para a partilha.

Lindbergh argumentou que os critérios do FPE resultaram de acordo político. O Maranhão teria direito a 6,9% do fundo, mas hoje recebe 7,2%. O Rio de Janeiro, que recebia 4,1% em 1986 e 4,55% em 1987, viu sua parte cair para 1,5%.

– Por que será? Será porque o (então) presidente Sarney brigava com Moreira Franco (governador do Rio entre 1987 e 1991) naquela época? – questionou.

Lindbergh afirmou ainda que o presidente do Senado, José Sarney, não estaria interessado em promover uma nova discussão sobre o tema, e citou nota publicada pela revista *Veja*, segundo a qual Sarney teria dito a parlamentares que não mexeria no FPE e que o Supremo não "mandaria no Congresso".

– Não tenho conhecimento de nenhum desmentido do presidente Sarney – observou o senador, ressaltando que essa recusa poderia provocar uma "colisão" entre Judiciário e Legislativo.

Para Lindbergh, o debate sobre a partilha dos *royalties* na Casa não está sendo "razoável", por não levar em consideração critérios constitucionais.

Orlando Silva é acusado de participar de desvio de dinheiro de programa do ministério; senador Inácio Arruda afirma que seu correligionário é "pessoa honrada e honesta"

Senado decide hoje se interroga ministro do Esporte

VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB-AM) apresentou requerimento para que o ministro do Esporte, Orlando Silva, seja ouvido em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Ambos pertencem ao mesmo partido.

Orlando Silva é acusado de participar de um suposto esquema de desvio de verbas de convênios do Ministério do Esporte. As acusações foram publicadas em reportagem da revista *Veja*.

O policial militar e ex-militante do PCdoB João Dias acusa o ministro de receber dinheiro desviado por organizações não governamentais (ONGs) conveniadas ao Programa Segundo Tempo, do ministério. O motorista Célio Soares Pereira diz ter entregado dinheiro ao ministro, apontado como mentor e beneficiário do suposto esquema.

A CMA deve votar hoje o requerimento, subscrito por Lídice da Mata (PSB-BA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Vanessa Grazziotin sugere que a audiência seja realizada em conjunto com duas comissões permanentes da Câmara: a de Fiscalização



Inácio Arruda afirma que seu partido, o PCdoB, quer esclarecer as acusações

Financeira e Controle e a do Turismo e Desporto.

De acordo com a senadora, a ida ao Senado foi pedida pelo próprio ministro. Ela disse que o ministro tem pressa em comparecer ao Parlamento para desmentir as acusações. Ele deverá ir hoje à Câmara.

"Pessoa honrada"

Inácio Arruda, que também é correligionário do ministro, saiu a público para defendê-lo:

– O ministro é pessoa honrada, honesta e não aceita calúnia. Vamos reagir à altura dos caluniadores. Podem esperar.

O senador disse que o próprio Orlando Silva havia pedido ao

Tribunal de Contas da União (TCU), em 2010, uma tomada de contas especial sobre os convênios com as ONGs. O TCU exigiu, segundo o senador, a devolução de R\$ 3,6 milhões.

Essa iniciativa do ministro teria motivado o policial a fazer a denúncia publicada pela revista *Veja*. Ainda de acordo com o senador, o PCdoB tem interesse em esclarecer a denúncia:

– Estamos [o partido] à disposição, mas calúnias não aceitamos. Mais uma vez, a calúnia brota das páginas da revista, costumeira em fazer e agir dessa maneira, causando um estrago na imagem das pessoas, um estrago que não tem reparação.

PSDB quer apuração de denúncias contra atual ministro e antecessor

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), comunicou que o seu partido solicitou inquérito para apurar as responsabilidades do ministro do Esporte, Orlando Silva, e do ex-ministro e atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, em denúncias de fraudes em licitações, peculato, formação de quadrilha e corrupção passiva em contratos superfaturados.

O PSDB protocolou representação junto à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o inquérito seja instaurado pelo Ministério Público Federal, diante das "gravíssimas e reiteradas denúncias de corrupção" no Ministério do Esporte publicadas pela revista *Veja*, e que "já eram conhecidas há anos", segundo Alvaro.

O senador afirmou que, em 2007, o PT e os partidos da base do governo "impediram a CPI das ONGs de aprofundar as investigações de desvios milionários". Naquele ano, disse, Orlando Silva respondeu a



Alvaro afirma que partido solicitou à PGR a instalação de inquérito

requerimento do então senador Arthur Virgílio com os mesmos argumentos que usa hoje, e, em 2008, outro requerimento foi encaminhado, mas ainda está na Mesa aguardando deliberação.

– Provavelmente, R\$ 40 milhões foram desviados de programas sociais do ministério. Alguém sob suspeição não pode comandar este setor, responsável pela Copa de 2014 e pelas Olimpíadas de 2016 – disse o líder do PSDB, que também quer convocar Orlando Silva para falar à Comissão de Educação (CE).

Suplicy pede prévias abertas para escolha de candidato do PT em SP

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu, em pronunciamento, a carta que enviou a dirigentes do PT cobrando a realização de prévias partidárias abertas para a escolha de candidatos. Esse instrumento, disse, é usado por partidos na França, nos Estados Unidos e na Argentina.

Na carta, Suplicy sugere a realização de prévias abertas para a escolha do candidato petista para a prefeitura de São Paulo.

As prévias são uma eleição interna para que os filiados de um partido escolham seu candidato para uma eleição. É o que o PT de São Paulo fará em 27 de novembro.



Eduardo Suplicy diz que prévias aperfeiçoam democracia no partido

Em certas ocasiões, as prévias são abertas – a população em geral é convidada a participar.

Para Suplicy, as prévias aperfeiçoam a democracia interna dos partidos.

Simon questiona critérios de cadastro da CGU

Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ontem encaminhamento à Controladoria-Geral da União (CGU) de um requerimento de informações sobre o processo de análise que permitiu a inclusão da empresa Siemens no Cadastro Empresa Pró-Ética. Ele também solicitou explicação sobre os critérios de escolha para o cadastro.

Segundo o senador, a revista *Capital Aberto* reproduziu, em janeiro de 2009, notícia da agência internacional Bloomberg relatando que a Siemens teria concordado em pagar cerca de US\$ 800 milhões nos Estados Unidos e US\$ 540 milhões na Alemanha para arquivar um caso de corrupção



Senador cita polêmicas em que a Siemens estaria envolvida

envolvendo agentes públicos em países em desenvolvimento para obtenção de contratos. O Brasil seria um desses países.

– Não fosse por seu passado de colaboração com o regime nazista, como a comprovada utilização de prisioneiros judeus como escravos em suas linhas de produção, a Siemens exibe, ainda hoje, um passivo controverso – assinalou Simon.

Geovani Borges: "Deputada agrediu o Congresso Nacional"

Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) empreendeu "mais uma agressão contra o Congresso Nacional" ao refutar denúncia publicada semana passada no jornal *O Estado de S.Paulo*.

De acordo com o senador, a deputada insinuou que a citação de parentes dela na Operação Mãos Limpas seria "fruto e consequência direta da inconformidade" do presidente do Senado, José Sarney, com a eleição de seu filho, Camilo Capiberibe, para o governo do estado.

Segundo o senador, a operação tem "um conjunto sólido de documentos" de



Geovani critica declarações de Janete Capiberibe sobre denúncias

"irregularidades grosseiras" que vêm ocorrendo no estado desde 1995, quando João Capiberibe – marido de Janete, pai de Camilo e que reclama na Justiça o direito de voltar ao Senado – governava o Amapá.

Orlando solicita à Polícia Federal que o investigue

O ministro do Esporte, Orlando Silva, disse ter pedido ao Ministério da Justiça que a Polícia Federal investigue supostas irregularidades na gestão de verbas de sua pasta.

A última edição da revista *Veja* denunciou a existência de um suposto esquema de desvio de verbas do Ministério do Esporte por meio de organizações não governamentais (ONGs).

A revista entrevistou o policial militar João Dias Ferreira, que acusou o ministro de receber dinheiro desviado. Segundo a reportagem, desvios no Programa Segundo Tempo podem ter chegado a R\$ 40 milhões.

O ministro disse não existem provas contra ele e que as acusações veiculadas pela revista não correspondem à verdade. Ele afirmou que está sendo vítima de uma trama e prometeu entrar na Justiça contra o policial.

Mozarildo espera que brasileiros denunciem casos de corrupção

Ao se referir às recentes manifestações populares contra a corrupção, ocorridas em várias cidades brasileiras, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que a sociedade, paralelamente às passeatas, deve adotar ações concretas para combater o problema.

Na opinião do senador, uma medida importante que po-

deria ser tomada pela população, mais eficaz mesmo que passeatas, seria denunciar aos órgãos competentes os casos de corrupção de que tiver conhecimento.

– Uma coisa é reclamar, se indignar, outra coisa é agir. As manifestações são importantes, mas é fundamental que o cidadão denuncie qualquer tipo de

corrupção de que tomar conhecimento. Existem números de telefone em que a pessoa nem precisa se identificar, como, por exemplo, os do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, tribunais de Contas. O importante é que nós não fiquemos em silêncio – disse.

Com relação à crítica de falta

de "comando político", feita por articulistas às mobilizações contra a corrupção, organizadas no país por meio de redes sociais, Mozarildo considerou o argumento improcedente. Para ele é mérito o fato de o movimento "não pertencer a esta ou outra corrente ideológica", pois isso lhe dará maiores possibilidades de êxito.



Para Mozarildo, passeatas são importantes, mas é preciso denunciar

Senado homenageia paraibano que criou 275 escolas

Para lembrar o Dia do Professor, comemorado no sábado, o Senado ontem prestou uma homenagem ao professor paraibano Afonso Pereira.

Pereira criou 275 escolas (básicas, superiores e profissionalizantes) na Paraíba e em outros cinco estados sem usar dinheiro público. Ele morreu em 2008, aos 90 anos.

– Não havia nome melhor para o Senado homenagear do que o professor Afonso Pereira, pelo que fez, pelo que ensinou e, além de tudo, pelo exemplo que deu a todos nós, paraibanos e brasileiros – disse Wilson Santiago (PMDB-PB), de quem partiu a iniciativa da homenagem.

O senador acrescentou: – O professor, de fato, faz a diferença. O Brasil necessita elevá-lo a seu verdadeiro papel de formador de intelectualidade da pátria, como afirmava Ruy Barbosa. Não podemos aceitar salários vis, que impedem uma sobrevivência digna do professor.

Santiago enumerou projetos idealizados por Afonso Pereira, como a Fundação Padre Ibiapina (instituição filantrópica das áreas social, educacional e de saúde), o Teatro do Estudante da Paraíba, o Conservatório Paraibano de Música e a orquestra sinfônica do estado.

Na sessão de homenagem, Geovani Borges (PMDB-AP) lembrou que o 15 de outubro se tornou o Dia do

Professor em 1963. Ele pediu mais investimentos públicos na educação.

Segundo signatário da homenagem, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu que o Ministério da Educação cuide apenas do ensino básico, para assegurar sua qualidade – o ensino superior ficaria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ele cobrou a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 594/11) que destina à educação os tributos cobrados da exploração do petróleo do pré-sal.

Ana Amélia (PP-RS) pediu melhores salários para os professores e condições adequadas de trabalho.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que “sem educação não há país livre, soberano, democrático e independente”.

Paulo Paim (PT-RS) alertou para a violência contra professores e lembrou que muitos estados não pagam o piso salarial da categoria.

O deputado Wilson Filho (PMDB-PB), presidente da Comissão Parlamentar Mista em Defesa do Magistério, defendeu que a educação e a valorização dos professores devem ser prioridade para os governantes brasileiros.

Participaram da homenagem ao professor paraibano sua viúva, Clemilde Pereira, e sua filha Ana Flávia Pereira. Ambas são professoras.



Cartaz destaca a foto de Carlos Mota durante debate sobre projeto de lei para combater violência contra professores

Professor assassinado em 2008 pode dar nome a lei

Comissão debate proteção a professores contra violência nas escolas e proposta de tornar crime hediondo o assassinato desses profissionais em razão do trabalho

A LEI A ser criada para combater a violência contra professores deverá chamar-se Lei Carlos Mota, segundo os participantes de audiência realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Carlos Mota foi assassinado em junho de 2008 no Distrito Federal, em represália à sua atuação contra as drogas na escola pública que dirigia. Dos quatro denunciados pelo crime, três eram alunos da escola.

– Carlos tinha qualidades marcantes, e uma delas era fazer tudo com paixão. Na ação política ou pedagógica, ele não conseguia fazer nada pela metade. Foi isso que o levou a esse fim, pois ele não media esforços – destacou Antonio de Lisboa Amâncio Vale, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que foi colega de faculdade do professor.

Crime hediondo

A viúva, Rita de Cássia Pereira, foi a primeira a sugerir o nome de Carlos Mota para a lei que deve resultar do PLS 191/09, neste momento em exame na CDH. Propôs ainda que o assassinato de professor em função do trabalho que exerce passe a ser considerado crime hediondo.

– Assassinar professor é hoje um crime comum. Assim, um advogado tem que “rebolar” para qualificar esse tipo de crime – afirmou Rita, para quem a medida terá poder dissuasório.

A audiência, dirigida pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), teve por finalidade debater o PLS 191/09 que trata de medidas de proteção aos professores. O texto nasceu de sugestão de professores do Rio Grande do Sul e ganhou formato de matéria legislativa por iniciativa do próprio senador.

Projeto orienta policiais, juízes e determina prevenção escolar

Além de estabelecer um protocolo de atendimento policial para violência a ponto de acontecer ou já praticada, o projeto trata das medidas a serem adotadas pelos juízes e estabelece que as escolas deverão criar mecanismos de solução de conflitos.

A matéria, que será examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em decisão terminativa, já recebeu parecer favorável da Comissão de Educação e

Cultura (CE). Na CDH, porém, o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) acredita que medidas repressivas podem até agravar o problema.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que os pontos levantados pelo relator merecem exame, e Paim ficou de encaminhar a Ferraço sugestões do debate, inclusive a ideia da tipificação de assassinatos de professores por fatos relacionados ao exercício da profissão como crime hediondo.

Representantes da categoria apontam outras violências

O debate sobre violência contra professores tratou também de problemas gerais da educação. Para o professor Antonio de Lisboa, a primeira violência vem do poder público. Como exemplo, ele citou a resistência a cumprir o piso salarial nacional, equivalente este ano a R\$ 1.197,86 por 40 horas semanais.

– São nove estados que não pagam o piso – criticou.

A violência contra o professor também foi associada a tratamento desrespeitoso da mídia, especialmente durante greves da categoria. Outro problema seria a falta de reconhecimento social para a profissão, como destacou a orientadora educacional Paula Fernanda de Melo Rocha.

Rosilene Corrêa Lima, do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), observou que nos diálogos sobre o Dia dos Professores, comemorado sábado, a pergunta mais frequente era se a categoria tinha algo a comemorar.

– Tenho muito que comemorar. Meu papel está sendo cumprido e sei que meus colegas também fazem a sua parte – disse Rosilene, lamentando que a sociedade não perceba sua responsabilidade para mudar o quadro ainda desfavorável na educação.

A socióloga Najla Veloso destacou que professores são frequentemente depreciados por meio das redes sociais. O presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, Rodrigo Pereira de Paula, pediu mais investimentos e equiparação da qualidade entre as “escolas de pobres e ricos”.

Também participaram do debate o coronel Garcia, que comanda a Divisão de Programas Sociais da Polícia Militar do Distrito Federal, o professor Castro Barreira de Carvalho, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e a estudante Gabriela Nunes Catuaba.



Wilson Filho, Clemilde Pereira, Wilson Santiago e Ana Flávia Pereira na sessão

Raupp destaca importância dos docentes para formar cidadãos

Valdir Raupp (PMDB-RO) prestou homenagem a todos os professores do país, afirmando que eles constituem uma das categorias

profissionais “mais relevantes para toda a sociedade”.

“A formação de crianças, jovens e adultos depende do empenho e do envolvimento pessoal do professor”, disse o senador, acrescentando que, quanto mais educado um povo, maior a sua capacidade de se organizar para atingir metas de bem comum.

– A relevância do papel dos profissionais da educação manifesta-se na qualidade das interações sociais que a própria educação proporciona. A educação humanística, voltada à formação cidadã dos indivíduos, naturalmente nos leva à melhora qualitativa de nossa vida coletiva – destacou.



A educação humanística melhora a vida coletiva, diz senador

Dilma sanciona versão ambiental do Bolsa Família

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou na sexta-feira a Lei 12.512/11, que cria a chamada Bolsa Verde, um benefício trimestral de R\$ 300 destinado a famílias em situação de extrema pobreza que adotem ações de conservação ambiental. A bolsa foi instituída originalmente em junho, por meio da Medida Provisória (MP) 535/11, depois convertida no PLV 24/11.

A nova lei instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, bem como o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que prevê ajuda de custo e assistência técnica a pequenos produtores rurais. As medidas fazem parte do Plano Brasil sem Miséria, lançado pelo governo federal no início de junho.

As ações de que trata o Programa de Apoio à Conservação Ambiental podem ser desenvolvidas em florestas nacionais e reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável; projetos de assentamento florestal e de desenvolvimento sustentável ou agroextrativista em territórios ocupados por ribeirinhos, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e em outras áreas rurais definidas pelo Poder Executivo. As famílias beneficiadas receberão os repasses trimestrais por dois anos, prorrogáveis nos termos de regulamento específico.

Já o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais oferece a pequenos produtores ajuda de custo de até R\$ 2,4 mil para estimular a agricultura sustentável, promover a segurança alimentar e incentivar a organização dos produtores, assegurando-lhes a participação em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional. Podem receber o benefício agricultores familiares, empreendedores rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O pagamento será feito em, no mínimo, três parcelas, por até dois anos.

A Lei 12.512/11 também define regras para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003, para permitir a compra pelo governo, sem licitação, de alimentos produzidos por agricultores familiares.

Outra mudança trata de fraudes no Bolsa Família. Agora, somente as irregularidades dolosas serão punidas. A nova lei aumenta de três para cinco o número de benefícios variáveis que podem ser pagos a famílias carentes.

Anulação de cláusulas com penas desproporcionais para quem descumprir obrigações contratuais é uma das propostas na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos

Comissão deve votar mais direitos para o consumidor

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, quando deve avaliar o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 55/09, que amplia os direitos dos consumidores. O texto do substitutivo, de Lobão Filho (PMDB-MA), é resultado da análise de seis proposições que tramitam em conjunto.

O PLC 55/09 deu origem à sugestão de que, ao financiar o consumidor em uma compra, a empresa seja obrigada a informá-lo sobre o "custo efetivo total" do produto ou serviço oferecido, incluindo tarifas, taxas, comissões, prêmios de seguros, tributos "e quaisquer outros valores exigidos do consumidor".

Outras alterações sugeridas têm origem no PLC 75/09, que explicita que o consumidor não pode ser obrigado a pagar qualquer valor que não tenha sido previsto em contrato.

Pelo PLS 54/09, as empresas ficam impedidas de inscrever nos serviços de proteção ao crédito as dívidas que estejam sendo contestadas judicialmente pelos consumidores.

Além disso, inspirado no PLS 42/07, o texto considera nulas as cláusulas contratuais que fixem penas ou indenizações desproporcionais ao consumidor que descumprir suas obrigações. Também são consideradas nulas as cláusulas que autorizam a prorrogação automática dos contratos de prazo determinado, sem que haja antes a concordância do consumidor. Todas essas propostas modificam o Código de Defesa do Consumidor.

O texto do relator também inclui dispositivo sugerido no PLC 99/09, que altera o artigo 206 do Código Civil para desobrigar o consumidor de manter em sua guarda os recibos de

pagamentos feitos há mais de três meses, quando relacionados a serviços como energia elétrica, água encanada e telefonia fixa. O outro projeto (PLC 106/07) que tramitava foi rejeitado.

Elaborado a partir dos pareceres de cada uma das demais propostas, o relatório de Lobão Filho também faz sugestões próprias de modificações, como a que determina o que pode ser cobrado extrajudicialmente dos consumidores inadimplentes: valor principal, correção monetária, multa de mora, juros moratórios, juros remuneratórios, despesas com a cobrança e honorários advocatícios.

Depois da CAE, a matéria será analisada em mais duas comissões antes de chegar ao Plenário. Se for aprovada, deverá ser examinada novamente pela Câmara, por ter sofrido alterações.



Pelo texto em análise na CAE, empresas também terão de informar o custo total de seus produtos, incluindo taxas e tributos

Projeto traz mais segurança para comércio eletrônico

Projeto de Humberto Costa (PT-PE) que altera o Código de Defesa do Consumidor para criar mecanismos de proteção no comércio eletrônico está na pauta de amanhã da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O PLS 439/11 tem voto favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR). A proposta terá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A relatora apresentou cinco emendas de ajustes de redação. Para ela, o projeto acerta ao assegurar ao consumidor o direito de não receber ofertas por meio telefônico ou eletrônico sem autorização prévia. A senadora também elogia a determinação de que o consumidor tenha, nas ofertas por telefone, meios de acesso às informações necessárias à compra, como o prazo para a devolução do produto (nunca inferior a sete dias) e nome, endereço e telefone do fabricante e do fornecedor.

No voto, Ângela Portela ressalta o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor quanto à cobrança indevida de dívidas, ao prever que o comprador terá direito a indenização mesmo que não tenha pago o valor indevidamente cobrado.

A senadora destaca ainda o prazo de 20 dias para que o fornecedor devolva ao consumidor os valores eventualmente pagos, em caso de desistência da compra. A proposta determina que, após esse prazo, o valor seja restituído em dobro.



Senador quer deixar MP apenas com a "parte positiva"

Agripino critica taxa sobre divisão de lucros

José Agripino (DEM-RN) criticou ontem o governo federal pela inclusão, no texto da Medida Provisória (MP) 540/11, de taxa, com Imposto de Renda, da operação de divisão de lucros entre sócios de empresas.

De acordo com Agripino, a MP, ao mesmo tempo que desonera a folha das empresas dos setores têxtil, moveleiro, calçadista e de software, prejudica um dos seus mais importantes mecanismos de captação de recursos a baixo custo, fundamentais para a sua viabilidade.

Na avaliação do parlamentar, o interesse do governo, com a criação do novo imposto, é apenas combater a perda de arrecadação decorrente da desaceleração da economia e do atual processo de desvalorização das commodities agrícolas e minerais, principais itens de exportação do país.

– O governo é incapaz de combater a perda de arrecadação com corte efetivo e corajoso dos gastos públicos. Como não consegue combater os gastos públicos, está lançando mão de forma cavilosa desse tipo de expediente, dando com uma mão e tirando com a outra. Só que vai nos encontrar pela frente – disse.

O senador se comprometeu a votar contra a medida provisória e seu partido deve apresentar uma emenda supressiva para que o texto permaneça apenas com a "parte positiva" da desoneração da folha de pagamento.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • Geovani Borges • Eduardo Suplicy • Paulo Paim

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

“Tráfico de pessoas faz bem mais vítimas do que apontam dados”

“Uma das grandes características do crime de tráfico de pessoas é a invisibilidade”, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) em audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas realizadas ontem na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Pela manhã, ocorreu audiência reservada com a participação de quatro vítimas e uma testemunha, relacionadas a casos de tráfico para exploração sexual e para trabalho escravo. Os questionamentos foram feitos por Vanessa Grazziotin, presidente da CPI, Marinor Brito (PSOL-PA), relatora, Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Davim (PV-RN).

Na avaliação de Vanessa, o número de inquéritos policiais abertos em São Paulo não revela a realidade do Estado. “Só tivemos, em 2010, dez inquéritos, e as pessoas apontam muitos casos”, constata. Vanessa diz que a cidade de São Paulo é vista por muitos travestis como um local onde é possível modificar o corpo, e que pode viabilizar o acesso

a Europa. “E hoje, em termos de tráfico de pessoas, o Brasil é também receptor. Um exemplo disso são os trabalhadores bolivianos envolvidos no caso da marca Zara que ouvimos reservadamente nesta manhã na CPI”, disse a senadora.

Lídice defendeu fiscalização intensiva nas fronteiras. “O tráfico só é possível porque há quem envia e há quem recebe o traficado. Para combatê-lo, é preciso trabalhar para interromper essas rotas”, disse.

Já Davim pediu que o combate ao tráfico passe pela criação de infraestrutura social nas cidades. “Queremos uma legislação forte, combativa, que puna o traficante, mas que também crie condições de por fim a vulnerabilidade dos que hoje são vítimas”, enfatizou.

À tarde, a audiência passou a ser pública, e participaram a coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em São Paulo, Juliana Armede, o delegado Carlos Eduardo Pellegrini, o promotor de Justiça Fábio Bechara, e membros de ONGs, entidades e do Judiciário.



Collor preside audiência na CRE, entre o general Mattioli e o professor Gunther Rudzit, especialista em segurança nacional

Brasil investe pouco em defesa, dizem especialistas

Importância estratégica crescente do país justificaria gasto maior no setor, segundo participantes de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O INVESTIMENTO EM defesa feito pelo governo brasileiro é relativamente baixo, considerando as riquezas nacionais e o papel crescente do país numa reorganização geopolítica global. A análise foi feita ontem por especialistas ouvidos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a Estratégia Nacional de Defesa (END). Na audiência presidida por Fernando Collor (PTB-AL), o tema foi avaliado de forma mais ampla do que uma questão estritamente militar.

Para o professor Gunther Rudzit, coordenador do curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares

Penteado (Faap), de São Paulo, a Constituição de 1988 gerou confusão entre segurança nacional e defesa nacional. Citando exemplos, o professor afirmou que a segurança vai muito além da defesa.

Um dos grandes problemas no reaparelhamento das Forças Armadas, segundo Rudzit, diz respeito à educação. Ele afirmou que há, por exemplo, uma dificuldade de compatibilizar a alta tecnologia com o serviço militar obrigatório. A baixa capacitação dos soldados limita a capacidade de se absorver tecnologia avançada.

O general Aderico Mattioli, diretor do Departamento de

Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, elogiou o comprometimento do governo com a END, ressaltando que a questão permeia todos os ministérios.

Segundo o general, a END tende à centralização de compras, e o ministério se adapta a demandas de produtos “desafiadores”. Ele destacou que a compra e venda de produtos de defesa também contribui com o comércio exterior, mas os militares estão preocupados com a demanda brasileira por produtos de média e alta tecnologia que têm de ser importados – algo que, afirmou, “não é nosso sonho, mas nossa realidade”.



Ana Amélia e Geovani Borges (C) na sessão em homenagem aos veterinários

Senado lembra que veterinário é importante na balança comercial

A Organização Mundial de Saúde Animal escolheu 2011 como Ano Mundial da Medicina Veterinária. O Senado realizou ontem, a pedido da senadora Ana Amélia (PP-RS), uma sessão especial para celebrar a data.

Ana Amélia afirmou que os veterinários são importantes porque, entre outras razões, ajudam a conciliar a defesa da sanidade animal com a segurança alimentar.

Ela chamou a atuação para o papel desses profissionais no serviço de vigilância sanitária animal, importante para projetar o Brasil como grande exportador de carnes.

– Nas mãos dos veterinários está o enorme desafio de produzir carne com qualidade e segurança, garantindo a saúde dos animais e a das pessoas que consomem essa carne. A exportação desses produtos contribui para o superávit da balança comercial brasileira e a ampliação de nossas reservas internacionais – comentou Ana Amélia.

O senador Antonio Russo

(PP-MS), por sua vez, afirmou que o empenho das autoridades em combater doenças que atacam os rebanhos – como a febre aftosa – tem levado diferentes países a rever suas decisões de suspender a compra de carne brasileira.

Animal de estimação

Para o senador Geovani Borges (PMDB-AP), é preciso mostrar à sociedade brasileira que a atuação dos veterinários não se restringe aos cuidados com a saúde dos animais de estimação.

– Eles prestam um serviço inestimável à sociedade na atenção permanente à segurança alimentar, no controle de zoonoses e na realização de pesquisas biomédicas – assinalou.

A responsabilidade dos veterinários com a segurança alimentar foi ressaltada também pelo diretor-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Josélio de Andrade Moura, e pelo presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Benedito Fortes de Arruda, que participaram da sessão.

Transferência limitada de tecnologia gera entrave

Outro problema apontado pelos debatedores na CRE foi a série de limitações na transferência de tecnologia para o Brasil, levando em conta as implicações diplomáticas decorrentes do longo período de vínculo com o país fornecedor.

Cláudio Moreira, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, estimou o mercado mundial de produtos de defesa em US\$ 1 trilhão, sendo que o Brasil participa com 0,1% desse montante.

Para ele, há grande potencial de ampliação da presença brasileira, haja vista a necessidade de estratégias de defesa que levem em conta as questões da Amazônia, da exploração do petróleo na camada pré-sal e do acesso a alimentos e água doce. No entanto, Moreira assinalou que o país sofre embargos tecnológicos que atrasam a geração de produtos civis derivados dos militares.

Para Darc Antônio da Luz Costa, presidente da Federação

das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur), o Brasil está “ficando rico”, e riqueza e poder andam juntos. Na sua opinião, a nova situação requer um investimento mais compatível com o produto interno bruto (PIB) do país. Segundo ele, o país deve aproveitar sua posição geográfica para estreitar vínculos com países do Mercosul e funcionar como uma possibilidade de contestação ao domínio dos Estados Unidos.

Requião quer que presidente da Renault dê explicações

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que o presidente mundial da Renault, Carlos Ghosn, seja ouvido. O senador quer explicações sobre as críticas que recebeu por parte de Ghosn, durante anúncio da ampliação da fábrica da Renault no Paraná, no início do mês.

Ghosn teria afirmado que nunca foi recebido durante os oito anos em que Requião governou o estado. O senador também quer informações sobre os incentivos concedidos à

Renault pela gestão do atual governador, Beto Richa (PSDB).

– Quero ouvi-lo [Ghosn], olhos nos olhos. É muito importante que os senhores senadores tomem conhecimento, afinal, dessa inusitada perseguição que uma multinacional francesa sofreu no Paraná – disse.

Requião lembrou ter denunciado, entre 1995 e 2002, erros da política de incentivos às montadoras. Segundo ele, na gestão Jaime Lerner, as empresas receberam obras de infraestrutura e incentivos fiscais. O governo também teria comprado



Senador critica governo do Paraná por incentivos concedidos à empresa

US\$ 136 milhões em ações da Renault, sem um retorno que valesse a pena.

– A multinacional havia pagado em impostos a ridícula quantia de um milhão e meio de reais – criticou.

País ainda sente prejuízos de obras inacabadas

André Falcão

A conclusão de obras públicas inacabadas, que muitas vezes se arrastam por décadas, tem sido um grande desafio para os sucessivos governos. Um dos maiores obstáculos é que nem os ministérios nem o Tribunal de Contas da União (TCU) conseguem informar com precisão quantos são e qual o orçamento desses empreendimentos. Obras paralisadas causam duplo prejuízo à população. Por um lado, pelo desperdício de recursos públicos, aplicados sem que se chegue a um resultado concreto. Por outro, pela ausência do benefício esperado da obra e suas consequências ao desenvolvimento do país e à geração de mais riqueza.



Paralisações de obras já motivaram duas CPIs, mas não há informações precisas para a maioria dos casos

Reprodução/Anupa em Foco

Estudo do TCU apresentou propostas para enfrentar o problema

As obras inacabadas já foram objeto de duas comissões parlamentares de inquérito (CPI) – uma em 1995 e outra em 2001. Na primeira, um inventário da Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado conseguiu cadastrar 2.214 obras financiadas com R\$ 15 bilhões de recursos públicos.

Em 2006, o TCU fez um levantamento em que identificou 400 obras inacabadas executadas com recursos da União, de forma direta ou por meio de transferências intergovernamentais (obras dos estados e municípios com participação de recursos da União), no valor de R\$ 3,34 bilhões. A paralisação poderia gerar prejuízos de quase R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. O objetivo do trabalho do TCU era traçar um diagnóstico para propor soluções.

O levantamento foi feito em uma amostra que incluía oito ministérios e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Foram identificados vários motivos que levam à paralisação, sendo o principal deles o descompasso entre a liberação de recursos e a execução das obras. Ficou evidente a deficiência dos órgãos gestores em armazenar e recuperar informações e o TCU não conseguiu

informações precisas para mais da metade das obras paralisadas à época.

O estudo originou o Acórdão 1.188/07, encaminhado ao Ministério do Planejamento com a recomendação de criação de um cadastro geral de obras públicas. O mesmo acórdão traz determinação ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) para a criação de um sistema único de registro de responsabilidade técnica que identificasse as obras de forma única como forma de guardar relação com o cadastro do ministério.

Em 2009, o TCU realizou um monitoramento da adoção do que foi recomendado em 2006. Foi avaliado o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (Sispac), implantado pelo Ministério do Planejamento. O sistema, segundo o TCU, apresentou funcionalidades recomendadas pelo acórdão, mas estava restrito a obras do PAC. No âmbito do legislativo, o tribunal ressaltou a necessidade de medidas estruturantes para melhor aplicação dos recursos federais, como uma carteira de projetos que pudesse conferir prioridades e resolver problemas do fluxo financeiro-orçamentário.

Projeto cria relatório de controle elaborado por conselhos de engenharia

O Senado está discutindo a criação de relatório com a discriminação de todas as obras públicas paralisadas há mais de ano, nas quais a União tenha participação financeira. A medida faz parte de projeto de autoria de Fernando Collor (PTB-AL), o PLS 58/08 – que altera dispositivos da Lei 5.194/66, sobre regulamentação das profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo –, em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto determina que o relatório deverá ser elaborado pelo Confea e entregue anualmente, até 31 de dezembro, às comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Congresso, ao TCU, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público da União.

O relatório deverá conter obrigatoriamente a localização completa da obra inacabada ou paralisada; o órgão ou agente público responsável pela contratação; a empresa ou grupo responsável pela execução; o valor inicialmente previsto; a previsão inicial do prazo de conclusão; a data de paralisação ou abandono; tipo, destinação e características da obra, com respectiva medição ou dimensão; e o estado,

condições e percentual de execução da obra. O descumprimento da norma submeterá o Confea ao pagamento de multa no valor de 0,1% do valor da obra inacabada ou paralisada.

Em sua justificativa para o projeto, Collor argumenta que a solução para o problema do levantamento e controle de dados sobre obras públicas é essencial para que se consiga um controle completo dos investimentos públicos em obras. Para o senador, o sistema Confea dispõe da estrutura e do amparo legal necessários à execução de funções de fiscalização e a elaboração do relatório proposto será uma atividade complementar às atualmente realizadas, o que não demandará a criação de novos serviços pelo órgão.

Também está em discussão no Senado projeto do então senador Jefferson Praia que prevê a criação, pela União, de um cadastro informatizado e unificado com todas as obras de engenharia e serviços a elas associados e custeados com recursos orçamentários (PLS 439/09). A proposta já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e deverá ter decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Saiba mais

Para reclamações sobre uso irregular de recursos públicos federais, entre em contato com a Ouvidoria do TCU pela internet em
<http://bit.ly/ouvidoriaTCU> ou pelo tel. 0800-6441500.

TCU Acórdão 617/2010 – Plenário
<http://bit.ly/acordao617>

TCU Acórdão 1188/2007 – Plenário
<http://bit.ly/acordao1188>

Projeto de Lei do Senado 58/08
<http://bit.ly/PLS58>

Projeto de Lei do Senado 439/09
<http://bit.ly/PLS439>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL